



CNPJ 05.927.472/0001-08

com crescimento em relação ao ano anterior de 75,4% na receita bruta e de 232,9% no lucro líquido. A MIP Engenharia desde 1961 executa obras industriais e gestão de empreendimentos em todo o território brasileiro, principalmente nos setores de mineração, siderurgia, metalurgia, óleo-gás e celulose. Neste ano a empresa apresentou crescimento da receita líquida de 84,6%, em relação ao ano anterior. A lucratividade foi de apenas 0,13% prejudicada pelas sequelas da pandemia e pela expressiva alta dos materiais. A MIP Construtora desde 1992 atua no mercado incorporadora imobiliária em Minas Gerais, principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte, com edificações residenciais e comerciais de alto luxo, loteamentos e condomínios horizontais. Neste ano apresentou crescimento da receita líquida consolidada de 26,5% e no lucro líquido de 26,9%. Neste ano, a MIP Construtora foi certificada na ISO 45001 (Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional), sendo a primeira empresa de Minas Gerais certificada no seu segmento de atuação. A Multiflora Logística desde 1995 atua no setor de logística através de operação portuária, principalmente no Porto de Vitória/ES, e operação de terminais retroportuários e intermodais no Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Neste ano apresentou crescimento da receita líquida de 96,9% e no lucro líquido de 358,5%. A MIP Investimentos e Participações desde 2018 atua no setor de infraestrutura, com investimentos nos setores de saneamento, energia, saneamento e tratamento de resíduos químicos. Seus principais investimentos buscam a sustentabilidade em consonância com as diretrizes da COP26 (ESG/ Carbono Zero). Por estar na

base de investimentos, a cada ano apresenta resultados positivos. Todas as empresas do GRUPO MIP conduzem seus negócios de acordo com os padrões éticos e morais mais elevados, e as pessoas que fazem parte desse GRUPO estão sempre empenhadas em desenvolver e aprimorar a cultura organizacional fundamentada na ética e na integridade. Para isso, possuem Matriz de Riscos dos Negócios, Código de Ética e Conduta e Canal de Denúncias que garante o sigilo e a não retaliação aos participantes. Nossos valores: Seriedade, Integridade, Inovação, Segurança das Pessoas. Compromisso com os Resultados e Responsabilidade Social e Ambiental estão fortemente disseminados na cultura das empresas e são o esteio da nossa atuação. Neste ano, a MIP Engenharia, pela segunda vez consecutiva, foi aprovada para figurar na lista de Empresas Pró-Ética (iniciativa da Controladoria Geral da União - CGU). Essa premiação reforça a disposição de todo o GRUPO MIP em atuar de forma íntegra, ética e transparente no setor privado e em suas relações com o setor público. Temos a convicção que só o trabalho sério, honesto, focado no envolvimento e no desenvolvimento das pessoas e no compartilhamento dos resultados por todos, pode levar uma empresa ao sucesso. Agradecemos a confiança com que a *Revista de Administração* nos reconheceu e distinguiu, especialmente os nossos clientes, esperando continuar contribuindo com o esforço e a dedicação de todas as nossas pessoas para o crescimento e desenvolvimento do nosso país.

Antonio Marcos Fattorelli Carneiro - Diretor Presidente

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)															
Ativo	Nota expli- cativa	Controladora			Consolidado			Passivo	Nota expli- cativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/ 2021	31/12/ 2020	01/01/ 2020	31/12/ 2021	31/12/2020 Reapre- sentado	01/01/2020 Reapre- sentado			31/12/ 2021	31/12/ 2020	01/01/ 2020	31/12/ 2021	31/12/2020 Reapre- sentado	01/01/2020 Reapre- sentado
Circulante								Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.767	2.825	401	69.641	93.440	67.939	Fornecedores	12	—	5	1	48.028	35.581	15.983
Contas a receber	6	—	—	—	232.612	120.110	86.641	Arrendamento por direito de uso	14	—	—	—	7.758	8.628	5.000
Estoque	7	—	—	—	55.527	79.946	100.001	Empréstimos e financiamen- tos	13	—	—	—	59.807	18.247	9.030
Tributos e contribuições a recuperar	—	218	442	660	12.727	6.856	3.358	Transações com partes rela- cionadas	8	7	—	584	7	2.108	1.051
Despesas pagas antecipadamente	—	—	—	—	914	564	627	Tributos e CS	—	258	615	1.013	22.974	12.050	7.207
Transações com partes relacionadas	8	9.054	31.673	89.453	235	419	186	Obrigações trabalhistas	—	27	17	—	26.454	18.556	12.033
Outros créditos	—	187	279	753	7.295	7.363	5.780	Imposto de renda e contri- buição social a pagar	—	—	—	—	505	11	—
		20.226	35.219	91.267	378.951	308.698	264.532	Adiantamento de clientes	—	—	—	—	33.585	40.032	14.215
								Dividendos e juros sobre o capital próprio	8	49.453	56.183	92.574	49.523	56.902	106.035
								Outras contas a pagar	—	—	—	76	6.735	6.175	5.943
									49.745	56.820	94.248	255.375	198.290	176.497	
Não circulante								Não circulante							
Realizável a Longo Prazo								Arrendamento por direito de uso	14	—	—	—	11.750	18.388	12.313
Títulos a receber	6	—	—	—	46.808	46.327	22.012	Empréstimos e financiamentos	13	—	—	—	36.144	20.688	2.000
Depósitos judiciais	9	—	—	—	5.605	6.592	6.447	Passivo fiscal diferido	—	—	—	—	4.861	4.332	3.980
Tributos diferidos	—	515	237	—	10.362	10.165	1.704	Provisões para demandas judiciais e outras	9	—	—	—	15.800	15.974	17.018
Tributos e contribuições a recuperar	—	—	—	—	86	85	84	Transações com partes relacionadas	8	—	—	—	5.904	768	1.000
Transações com partes relacionadas	8	—	—	—	9.962	7.786	6.878	Provisão para investimento o capital próprio	8	—	—	—	6.766	780	—
Outros ativos não circulantes	—	—	—	—	1.662	1.928	94	Outras contas a pagar	—	—	—	—	1.086	999	1.336
					74.485	72.883	37.219						82.311	64.903	39.786
Investimentos	10	243.114	238.538	170.166	7.929	5.259	4.209	Patrimônio líquido	15	101.606	101.606	61.606	101.606	101.606	61.606
Imobilizado	11	—	—	—	112.340	114.970	96.653	Capital social	—	106.795	109.412	99.500	106.796	109.566	99.500
Intangível	—	—	—	—	2.071	1.377	545	Reservas de capital e lucros	—	5.709	6.156	6.079	5.708	6.001	6.079
		243.114	238.538	170.166	122.340	121.606	101.407	Reservas avaliação patrimonial	—	214.110	217.174	167.185	214.110	217.173	6.678
								Participação dos não controladores	—	—	—	—	23.980	22.821	19.690
								Total do passivo e patri- mônio líquido		263.855	273.994	261.433	575.776	503.187	403.158
Total do ativo		263.855	273.994	261.433	575.776	503.187	403.158			263.855	273.994	261.433	575.776	503.187	403.158

Demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Nota expli- cativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida					
Receita líquida	16	—	—	1.051.493	596.047
Custo de construção e serviços prestados	17	—	—	(927.119)	(497.322)
Lucro bruto				124.374	98.725
Despesas e receitas operacionais					
Gerais e administrativas	18	(169)	(383)	(58.613)	(87.200)
Despesas tributárias	—	(57)	(268)	(128)	(420)
Resultado de equivalência patrimonial	10	44.339	12.706	(8.882)	(2.917)
Outras (despesas)/receitas operacionais	—	(2.360)	(2.387)	148	1.835
		41.753	9.668	(67.475)	(88.702)
Lucro operacional antes do resultado financeiro				149.145	56.899
Receitas financeiras	19	145	2.964	10.283	4.688
Despesas financeiras	19	(382)	(283)	(8.691)	(5.814)
Resultado financeiro		(237)	2.681	1.592	(1.126)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		41.516	12.349	58.491	8.897
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	20	—	—	(12.711)	(3.540)
Diferido	20	278	237	(248)	8.320
		278	237	(12.959)	4.780
Lucro líquido do exercício		41.794	12.586	45.532	13.677
Resultado atribuível a:					
Acionistas controladores		41.794	12.586	41.794	12.586
Participação dos não controladores		—	—	3.738	1.091
		41.794	12.586	45.532	13.677
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)					
		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		41.794	12.586	45.532	13.677
Ajuste de avaliação patrimonial		(630)	(631)	(621)	(685)
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras		338	554	345	554
Resultado abrangente total do exercício atribuível a		41.502	12.509	45.256	13.546
Acionistas controladores		41.502	12.509	41.502	12.509
Participação dos não controladores		—	—	3.754	1.037
		41.502	12.509	45.256	13.546
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
Demonstração do fluxo de caixa Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)					

Demonstração do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)									
	Capital Social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de reavaliação reflexa	Lucros acumulados	Total do patrimônio Acionistas controladores	Total do patrimônio Acionistas não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	61.606	7.845	614	91.041	6.079	—	167.185	19.690	186.875
Aumento de capital social	40.000	—	—	—	—	—	40.000	2.285	42.285
AFAC	—	—	—	—	—	—	—	254	254
Ajustes de exercícios anteriores	—	—	—	—	—	61	61	—	61
Reversão de dividendos a distribuir	—	—	—	—	—	—	—	1.738	1.738
Distribuição de dividendos e JCP	—	—	—	—	—	—	—	(2.184)	(2.184)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	12.586	12.586	1.091	13.677
Destinações:									
Constituição de reserva legal	—	—	629	—	—	(629)	—	—	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	(2.581)	—	—	(2.581)	—	(2.581)
Absorção dos lucros	—	—	—	12.018	—	(12.018)	—	—	—
Outros resultados abrangentes:									
Reversão de tributos diferidos - AAP	—	—	—	—	(632)	—	(632)	(54)	(686)
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras	—	—	—	—	554	—	554	—	554
Saldos em 31 de dezembro de 2020	101.606	7.845	1.243	100.478	6.001	—	217.173	22.821	239.994
Aumento de capital social	—	—	—	—	—	—	—	400	400
Venda de ações para investidor minoritário	—	—	—	—	—	—	—	601	601
Adiantamento para futuro aumento capital	—	—	—	—	—	—	—	192	192
Reversão de dividendos a distribuir	—	—	—	—	—	—	—	7	7
Distribuição de dividendos e JCP	—	—	—	(44.564)	—	—	(44.564)	(1.700)	(46.264)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	41.794	41.794	3.738	45.532
Destinações:									
Constituição de reserva legal	—	—	2.090	—	—	(2.090)	—	—	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	—	—	—	(2.095)	(2.095)
Absorção dos lucros	—	—	—	39.704	—	(39.704)	—	—	—
Outros resultados abrangentes:									
Ajuste de avaliação patrimonial, reflexo	—	—	—	—	(630)	—	(630)	8	(622)
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras, reflexo	—	—	—	—	337	—	337	7	345
Saldos em 31 de dezembro de 2021	101.606	7.845	3.333	95.618	5.708	—	214.110	23.980	238.090

Demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
(Valores expressos em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	Nota explicativa	2021	2020	2021	2020 Reapresentado
Receita operacional líquida					
Receita líquida	16	—	—	1.051.493	596.047
Custo de construção e serviços prestados	17	—	—	(927.119)	(497.322)
		—	—	124.374	98.725
Despesas e receitas operacionais					
Gerais e administrativas	18	(169)	(383)	(58.613)	(87.200)
Despesas tributárias		(57)	(268)	(128)	(420)
Resultado de equivalência patrimonial	10	44.339	12.706	(8.882)	(2.917)
Outras (despesas)/receitas operacionais		(2.360)	(2.387)	148	1.835
		41.753	9.668	(67.475)	(88.702)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		41.753	9.668	56.899	10.023
Receitas financeiras	19	145	2.964	10.283	4.688
Despesas financeiras	19	(382)	(283)	(8.691)	(5.814)
		(237)	2.681	1.592	(1.126)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		41.516	12.349	58.491	8.897
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	20	—	—	(12.711)	(3.540)
Diferido	20	278	237	(248)	8.320
		278	237	(12.959)	4.780
		41.794	12.586	45.532	13.677
Lucro líquido do exercício					
Resultado atribuível a:					
Acionistas controladores	41.794	12.586	41.794	12.586	
Participação dos não controladores		—	—	3.738	1.091
		41.794	12.586	45.532	13.677
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
(Valores expressos em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	41.794	12.586	45.532		13.677
Ajuste de avaliação patrimonial	(630)	(631)	(621)		(685)
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras	338	554	345		554
Resultado abrangente total do exercício					
atribuível a	41.502	12.509	45.256		13.546
Acionistas controladores	41.502	12.509	41.502		12.509
Participação dos não controladores	—	—	3.754		1.037
	41.502	12.509	45.256		13.546
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
Demonstração do fluxo de caixa Em 31 de dezembro de 2021 e 2020					
(Valores expressos em milhares de reais)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
		Participação direta ou indireta %		
1. Contexto operacional: A MIP Holding S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado com Sede localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil. A Companhia reúne as participações acionárias das empresas do Grupo MIP ("Grupo") sob uma ótica de direção e controle unificadas, visando a otimização dos seus resultados através do aproveitamento das sinergias entre as suas atividades operacionais. As empresas que compõem o Grupo são: • MIP Engenharia Ltda.; • MIP Construtora Ltda.; • Multilift Logística Ltda.; • MIP Investimentos Ltda. A MIP Engenharia, fundada em 1961, executa obras industriais e gestão de empreendimentos em todo o território brasileiro, tendo trabalhado para quase todas as grandes empresas nacionais dos setores de mineração, siderurgia, metalurgia, óleo, gás, celulose e outros. A MIP Construtora, fundada em 1992, é uma incorporadora imobiliária, atuando em Minas Gerais principalmente na região metropolitana de Belo Horizonte, com edificações residenciais e comerciais de alto luxo e desenvolvimento imobiliário através de loteamentos e condomínios fechados. A Multilift Logística, fundada em 1995, atua no setor de logística através de operação portuária e terminais rodoviários, sendo atualmente o maior operador portuário dos berços públicos do Porto de Vitória. A MIP Investimentos foi fundada em 2018 e atua no setor de infraestrutura, com foco nas concessões e PPPs dos setores de saneamento, energia e iluminação pública. 1.1. Impactos da COVID 19 (Corona vírus) nos negócios do Grupo: A pandemia de infecção por "COVID-19" representa uma séria ameaça à saúde pública, que deve ser tratada de forma prioritária por todos. Ao final do primeiro trimestre de 2020 os casos de infecção da doença se espalharam por todo mundo e afetou de forma distinta as diversas atividades econômicas no País. Diante da propagação da doença e dos alertas emitidos pela Organização Mundial de Saúde, a administração do Grupo MIP criou um comitê de monitoramento da doença a fim de determinar as diretrizes necessárias para a prevenção do contágio da COVID 19 e instruir os colaboradores sobre a importância de seguir os protocolos sanitários como o uso de máscara, distanciamento social, higienização das mãos com álcool em gel e evitar aglomerações. Em função do negócio demandar o uso intensivo de mão de obra, com as restrições impostas para prevenção do contágio, houve uma queda expressiva da produtividade e aumento relevante nos custos dos empreendimentos provocando a queda da rentabilidade. Consequentemente ocorreu uma demanda de recursos para sustentabilidade do negócio. E, numa demonstração da responsabilidade com os seus compromissos, os sócios da empresa efetuaram, em dezembro, um aumento de capital na empresa, fortalecendo a estrutura de capital da organização. Foi estruturado um grupo de trabalho para acompanhamento e levantamento de informações para adequação dos orçamentos dos empreendimentos em 2021 e negociações com os clientes.				
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: 2.1. Bases de elaboração, apresentação e declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade e as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A moeda funcional da Companhia é o Real. As demonstrações financeiras de cada controlada, bem como as demonstrações financeiras utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. Os saldos em inglês foram arredondados para o dólar mais próximo. As demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 8 de abril de 2022.				
2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas: A seguir são apresentados os percentuais (%) das controladas da Companhia no encerramento dos exercícios de 2021 e 2020, a saber:				
Controladas diretas		Sede	2021	2020
MIP Engenharia Ltda.	Brasil	90,86	90,86	
MIP Construtora Ltda.	Brasil	95,81	95,81	
Multilift Logística Ltda.	Brasil	98,00	98,00	
MIP Investimentos Ltda.	Brasil	95,00	95,00	
Controladas indiretas		Sede	2021	2020
MB Empreendimento Imobiliário S.A.	Brasil	98,81	98,81	
Martim Empreendimento Imobiliário S.A.	Brasil	98,81	98,81	
Paiol Empreendimento Imobiliário S.A.	Brasil	98,81	98,81	
ESM Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	98,81	98,81	
Rio Grande Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	98,81	98,81	
Três Rios Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	Brasil	94,21	94,21	
WGA Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	59,29	59,29	
Itaporanga Negócios Imobiliários S.A.	Brasil	52,86	52,86	
MGV Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	98,81	98,81	
MFC Empreendimentos S.A.	Brasil	65,71	65,71	
MIP Construções e Montagem Ltda	Brasil	89,95	89,95	
Coligadas (indiretas)		Sede	2021	2020
Direcional Assis Brasil Empreendimentos				
Imobiliários S.A	Brasil	50,00	50,00	
Haulder S.A.	Chile	50,00	50,00	
Invictus Energia Fazenda Solar III	Brasil	33,25		
OGIP Nova Geração e Participação	Brasil	31,83		
Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A.	Brasil	38,00		
As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição ou constituição, sendo a primeira a data na qual a Controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os exercícios sociais das controladas são coincidentes com o da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme nas empresas consolidadas e são condizentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas do grupo, tais como receitas, despesas, ganhos e perdas não realizadas, oriundos de transações intragrupo são eliminados por completo. Os principais procedimentos de consolidação são: i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas; ii) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e iii) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Perda de controle: Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Participação de não-controladores: O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na aquisição pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em ativos líquidos identificáveis que não resultem em perda de controle são contabilizadas nas contas de patrimônio líquido. 2.2.1 Negócios em conjunto: O desenvolvimento dos projetos de construção e montagem é efetuado diretamente pelo Grupo ou em conjunto com outros parceiros. A participação de parceiros ocorre de forma direta no empreendimento, por meio de consórcios para realizar os trabalhos. Tais consórcios são operações em conjunto nos quais as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Dessa forma, o Grupo reconhece, em relação às suas participações em consórcios: (a) os ativos, incluindo sua parcela sobre quaisquer ativos detidos no consórcio; (b) os passivos, incluindo				

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
			Reapresentado	
Lucro líquido do exercício	41.794	12.586	45.532	13.677
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com as atividades operacionais:				
Depreciação imobilizado e amortização do intangível	–	–	21.320	14.735
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	–	–	5.808	1.455
Resultado líquido na venda e/ou baixa de imobilizado	–	–	164	4.503
Resultado de equivalência patrimonial	(44.339)	(12.706)	8.882	2.917
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(1.628)	8.756
Constituição de provisões para demandas judiciais e outras	–	–	(174)	(1.044)
Tributos Diferidos	(278)	(237)	248	(8.320)
Ajuste de exercícios anteriores	–	61	–	61
	(2.823)	(296)	80.152	36.737
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	–	–	(111.355)	(66.540)
Imóveis a comercializar - Estoques	–	–	24.419	20.055
Tributos e contribuições a recuperar	224	218	(5.872)	(2.596)
Depósitos judiciais	–	–	(987)	(145)
Outros créditos	92	474	(16)	(3.354)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(5)	4	12.447	19.598
Obrigações trabalhistas	10	(398)	7.898	6.523
Tributos e contribuições sociais	(357)	17	11.418	4.854
Transações com empresas ligadas	7	(408)	3.219	(316)
Adiantamento de clientes	–	–	(6.447)	25.817
Outras contas a pagar	–	(76)	1.242	(441)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(2.852)	(465)	16.118	40.192
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adição ao imobilizado e intangível	–	–	(19.548)	(38.387)
Dividendos recebidos	69.620	25.148	–	–
Aportes de recursos em investimentos	(7.532)	(23.287)	(5.556)	(3.675)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	62.088	1.861	(25.104)	(42.062)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–	154.484	65.160
Amortização de empréstimos e financiamentos e arrendamento	–	–	(97.735)	(24.269)
Juros pagos	–	–	(13.049)	(4.734)
Aporte de capital, integralização e subscrição de ações	–	40.000	–	42.285
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	192	254
Distribuição de lucros pagos	(51.294)	(38.972)	(58.705)	(51.325)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(51.294)	1.028	(14.813)	27.371
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	7.942	2.424	(23.799)	25.501
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.825	401	93.440	67.939
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.767	2.825	69.641	93.440
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	7.942	2.424	(23.799)	25.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

sua parcela sobre quaisquer passivos assumidos no consórcio; (c) as receitas de venda da sua parcela sobre as receitas advindas do consórcio; e (d) as despesas e custos, incluindo sua parcela sobre quaisquer despesas incorridas em conjunto. 2.2 Investimentos em joint-venture e coligadas. Os investimentos no Grupo são classificados em joint-venture, quando contabilizados considerando o método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma joint-venture ou coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido da joint-venture ou coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais da joint-venture ou coligada. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da joint-venture ou coligada, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a joint-venture ou coligada são eliminados em proporção à participação na joint-venture ou coligada. A soma da participação do Grupo nos resultados de joint-venture ou coligada apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da joint-venture ou coligada. As demonstrações financeiras da joint-venture e coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo. Os ativos e passivos da joint-venture são denominados em sua moeda funcional, Peso-Chileno, os quais são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da aquisição da entidade no exterior, o montante acumulado de variações cambiais é registrado em uma entidade de transação. Quando o resultado das variações cambiais é reconhecido em uma entidade de transação, o Grupo reconhece suas variações abrangentes, é reclassificado para o resultado. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo avalia se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento do Grupo em sua joint-venture e coligadas. O Grupo determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na joint-venture ou coligadas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da joint-venture e o valor contábil, e reconhece a perda em "Resultado da equivalência patrimonial", na demonstração do resultado. Ao perder influência significativa sobre a joint-venture ou coligada, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da joint-venture ou coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do



investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

3. Principais políticas e práticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **3.1. Instrumentos financeiros:** 3.1.1. Instrumentos financeiros ativos: i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** Os saldos de contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados pelo valor da contraprestação, conforme contrato com clientes, considerando seus respectivos valores presentes. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ii) **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo por meio do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento do principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. iii) **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecida no resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. iv) **Provisão para perda esperada de crédito:** As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*) e garantias contratuais. 3.1.2. Instrumentos financeiros passivos: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa também é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros:** O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. O Grupo não realizou transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. 3.1.4. Passivos financeiros: O Grupo baixa um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também baixa um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. Na baixa de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. 3.1.5. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 3.1.6. Ajuste a valor presente: Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (ii) reajustes somente por inflação, sem juros: Em relação às receitas de incorporação imobiliária, na controlada MIP Construtora, as transações são ajustadas a seu valor presente, com base em taxa de juros efetiva, sendo suas reversões reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de receita de incorporação imobiliária, no período pré-chaves, e na rubrica de receitas financeiras, no período pós entrega das chaves. **3.2. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques das unidades já concluídas ou em construção e ainda não vendidas, inclusive estoques de terrenos, são demonstrados pelo valor do custo incorrido. Os estoques de imóveis em construção são demonstrados em estoque correspondendo ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas, ajustados ao valor líquido de realização, quando menor do que o custo incorrido. O custo compreende o custo de aquisição do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção, quando aplicável). A classificação entre curto e longo prazo é feita tendo como base a expectativa de início do empreendimento. Terrenos a incorporar com expectativa de utilização superior a doze meses são classificados como ativos não circulantes. Quando o valor do custo incorrido ultrapassa o valor realizável líquido, o Grupo constitui uma provisão para desvalorização dos estoques, reconhecida no resultado. Os estoques de unidades concluídas estão reconhecidos por valores abaixo do de mercado, não representando riscos de perdas ou desvalorização. **3.2. Imobilizado:** Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. A depreciação/amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, se considerado, após sua vida útil, seja integralmente baixado. **3.3. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Direito de uso de arrendamento:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). **3.3. Arrendamentos:** Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 3.6. Passivo de arrendamento: Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração das taxas nominais observáveis. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório e outros equipamentos considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.4. Ativo Intangíveis:** Ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo **são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da perda por redução do valor recuperável acumulada.** A amortização é reconhecida no resultado de acordo com o método linear e é baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o período corrente e comparativo é a seguinte: Software: 1 a 5 anos. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. Em 2021 nenhuma alteração na vida útil e método de amortização foram registrados uma vez que não ocorreram mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que pudessem indicar deterioração. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **3.5. Redução ao valor recuperável (Impairment)** O imobilizado e outros ativos não circulantes são monitorados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recupe-

rável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda o correu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Quando houver indicio de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma unidade geradora de caixa) menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2021, não foi identificada perda por valor recuperável a ser registrada. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios concedidos a empregados e diretores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários, contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Estes benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência. **3.7. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. **Provisão para demandas judiciais:** A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída com base em pareceres jurídicos e avaliação da Administração sobre os riscos conhecidos na data do balanço patrimonial considerados prováveis de perda, sendo está a melhor estimativa de desembolso futuro da Companhia. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **Provisão para manutenção de imóveis (Garantias)** As provisões para o custo esperado com a manutenção de imóveis são reconhecidas ao resultado no mesmo critério de apropriação da receita de incorporação imobiliária, com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação do Grupo. **Ativos contingentes:** Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração do Grupo possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. **3.8. Tributação:** **Impostos sobre vendas - Controladas:** As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) de 0,65% a 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 3,0% a 7,6%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 3% a 5%; e • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5%. Esses encargos são contabilizados como deduções de receitas na demonstração do resultado. **3.9. Tributação: Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.10. Reconhecimento da receita, custos, contas a receber e adiantamentos de clientes:** De acordo com o CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes é baseado na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflete a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **3.10.1. Receita MIP Engenharia:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Quando a conclusão do contrato de construção puder ser confiavelmente estimada, a receita associada é reconhecida tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. Logo, as receitas desse contrato passam a ser reconhecidas ao longo do tempo de maneira proporcional, de acordo com as medições aprovadas pelo Cliente. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos incorridos na condição de que possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **3.10.2. Receita MIP Construtora:** Em linha com o CPC 47, a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) que estabelece que a Administração da Empresa é a responsável pelo julgamento do critério de reconhecimento da receita. Com base nesse entendimento e o modelo de negócio da Empresa, a Administração mantém a metodologia do POC para o reconhecimento da receita, tendo em vista que, em síntese, o Ofício-Circular afirma que a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) às transações de venda de unidades imobiliárias não concluídas, realizadas por entidades do setor de incorporação imobiliária, têm questões centrais, como: (a) o foco no contrato (unidade de conta); (b) o monitoramento contínuo dos contratos; (c) uma estrutura de controles internos em padrão de qualidade considerado, no mínimo, aceitável para os propósitos aos quais se destina; (d) a realização de ajustamentos tempestivos; e (e) a qualidade da informação (valor preditivo e confirmatório das demonstrações financeiras). Na avaliação da entidade, quanto ao critério a ser adotado para o reconhecimento de receita de contratos de incorporação imobiliária residencial no Brasil, a condição sine qua non para a aplicação do POC, é a existência de estrutura de controles internos - *framework* - com padrão de qualidade adequado para o perfeito atendimento do atributo fundamental da representação fidedigna. O modelo de negócios da Empresa é predominantemente baseado em contratos de compra e venda de empreendimentos imobiliários em construção ou já concluídos, cujo reconhecimento da receita se dá conforme o seguinte: (i) Nas vendas de unidades em construção, as receitas de vendas foram apropriadas ao resultado à medida do avanço da construção, uma vez que a transferência do controle deve ocorrer de forma contínua. Desta forma, é adotado o método chamado de "POC - Percentual de Conclusão" para os empreendimentos em construção. O método POC é feito utilizando a razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos e a receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelas vendas contratadas, iniciados, usualmente, a partir da efetiva formalização do contrato de compra e venda. O custo orçado total dos foi estimado inicialmente quando do lançamento do empreendimento e é revisado regularmente. Eventuais ajustes identificados nesta estimativa com base nas referidas revisões são refletidos nos resultados da Empresa de forma prospectiva. (ii) Os custos de terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações das unidades vendidas são apropriados ao resultado quando incorridos. (iii) As receitas de vendas apuradas, conforme o item (i), mensuradas a valor justo, incluindo a atualização monetária, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos. (iv) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada e o contrato de compra e venda é firmado. Já para terrenos ou parcelas de terrenos, o resultado é apropriado no momento em que ele reúne condições de ser transferido ao cliente. Em ambas as situações, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. (v) Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma pro rata temporis ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida a receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. A Empresa contabiliza os efeitos dos contratos somente quando: (i) as partes aprovam o contrato; (ii) puder identificar os direitos de cada parte e os termos de pagamentos estabelecidos; (iii) o contrato possuir substância comercial; e (iv) for provável o recebimento da contraprestação que a Empresa tem direito. A Empresa constitui provisão para distritos quando, e se, identificar riscos de entrada de fluxos de caixa. Os contratos são monitorados para verificar o momento em que essas condições sejam mitigadas. Enquanto isso não ocorrer, nenhuma receita ou custo é reconhecido no resultado, ocorrendo os registros somente em contas patrimoniais. **3.10.3. Receita Multiitf:** A receita de prestação de serviços é reconhecida a partir do cumprimento das obrigações de desempenho especificadas nos contratos com clientes. A principal atividade da Empresa consiste na prestação de serviços portuários, cuja única obrigação de desempenho identificada com base nos contratos vigentes é cumprida com a finalização do carregamento das embarcações. **3.11. Reapresentação de saldos de exercícios anteriores:** A Companhia revisou durante o exercício de 2021 as bases de consolidação para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, de forma a considerar, conforme exposto no CPC 36 (R3) o conceito de grupo econômico - controladora e todas as suas controladas. Nesse sentido, foi observado que as demonstrações financeiras referentes aos exercícios anteriores não consideraram, para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, as controladas indiretas da Companhia, evidenciadas à Nota Explicativa 2.2. Dessa forma, em conexão com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia reapresentou, para fins de adequação e correção, os valores correspondentes ao período anterior. Os efeitos dos ajustes decorrem da representação por conta de cada uma das controladas indiretas que anteriormente apresentavam seus efeitos líquidos na linha de investimentos no Balanço Patrimonial e em Equivalência Patrimonial no Resultado do Exercício. Os Resultados do Exercício e Abrangentes apresentam os efeitos das participações de não controladores anteriormente apresentadas na linha de investimentos. Adicionalmente, os tributos diferidos para os quais o Grupo tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e estão relacionados a mesma entidade tributável, anteriormente apresentados entre ativo e passivo não circulante foram compensados, em consonância com o CPC 32 item 74. Os ajustes têm os

seguintes impactos nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Consolidado				
	2020		2020		01/01/2020
	2020	Ajuste	Reapresentado	2019	Ajuste
Reapresentado					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	82.877	10.563	93.440	63.837	4.102
Contas a receber	101.414	18.696	120.110	73.006	13.635
Estoques	20.945	59.001	79.946	34.275	65.726
Tributos e contribuições a recuperar	6.742	114	6.856	4.262	(904)
Despesas pagas antecipadamente	49	515	564	431	196
Transações com partes relacionadas	1.335	(916)	419	2.170	(1.984)
Outros créditos	5.431	1.932	7.363	5.724	56
	218.793	89.905	308.698	183.705	80.827
					264.532
Não circulante					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos a receber	7.783	38.544	46.327	1.438	20.574
Depósitos judiciais	6.355	237	6.592	6.446	1
Tributos diferidos	13.673	(3.508)	10.165	3.088	(1.384)
Tributos e contribuições a recuperar	85	—	85	84	—
Transações com partes relacionadas	7.286	500	7.786	7.239	(361)
Outros ativos não circulantes	2.144	(216)	1.928	101	(7)
	37.326	35.557	72.883	18.396	18.823
					37.219
Investimentos	108.257	(102.998)	5.259	81.716	(77.507)
Imobilizado	114.501	469	114.970	96.514	139
Intangível	1.377	—	1.377	545	—
	224.135	(102.529)	121.606	178.775	(77.368)
	480.254	22.933	503.187	380.876	22.282
					403.158
Total do ativo					
	Consolidado				
	2020		2020		01/01/2020
	2020	Ajuste	Reapresentado	2019	Ajuste
Reapresentado					
Passivos e patrimônio líquido Circulante					
Fornecedores	31.958	3.623	35.581	15.213	770
Arrendamento por direito de uso	8.601	27	8.628	3.435	1.565
Empréstimos e financiamentos	18.247	—	18.247	9.030	—
Transações com partes relacionadas	—	2.108	2.108	1.051	—
Tributos e contribuições sociais	10.754	1.296	12.050	6.910	297
Obrigações trabalhistas	18.937	(381)	18.556	11.958	75
Imposto de renda e contribuição social a pagar	—	11	11	—	—
Adiantamento de Clientes	3.545	36.487	40.032	4.324	9.891
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	62.716	(5.814)	56.902	109.846	(3.811)
Outras contas a pagar	32.185	(26.010)	6.175	4.863	1.080
	186.943	11.347	198.290	166.630	9.867
					176.497
Não circulante					
Exigível a Longo Prazo					
Arrendamento por direito de uso	18.360	28	18.388	13.833	(1.520)
Empréstimos e financiamentos	22.796	(2.108)	20.688	2.000	—
Passivo fiscal diferido	3.554	778	4.332	3.370	610
Provisões para Contingências e outras	11.868	4.106	15.974	12.015	5.003
Transações com partes relacionadas	—	768	768	1.929	(929)
Obrigações com fornecedores	—	—	—	66	(66)
Provisão para investimento	—	780	780	—	—
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.904	70	2.974	2.139	—
Outras contas a pagar	2.239	(1.240)	999	1.091	245
	61.721	3.182	64.903	36.443	3.343
					39.786
Patrimônio líquido					
Capital social	101.606	—	101.606	61.606	—
Reservas de lucros e capital	109.567	(155)	109.411	99.500	—
Reservas avaliação patrimonial	6.002	154	6.156	6.079	—
	217.175	(2)	217.173	167.185	—
					167.185
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	—	—	—
Participação dos não controladores	14.415	8.406	22.821	10.618	9.072
	480.254	22.933	503.187	380.876	22.282
					403.158
	Consolidado				
	2020		2020		Reapresentado
	2020	Ajuste	Reapresentado	2019	Ajuste
Reapresentado					
Demonstração do Resultado do Exercício					
Receita operacional líquida					
Receita líquida	541.078	54.969	596.047	596.047	—
Custo de construção e serviços prestados	(470.585)	(26.737)	(497.322)	(497.322)	—
	70.493	28.232	98.725	98.725	—
Despesas e receitas operacionais					
Gerais e administrativas	(85.321)	(1.879)	(87.200)	(87.200)	—
Despesas tributárias	(399)	(21)	(420)	(420)	—
Resultado de equivalência patrimonial	20.792	(23.709)	(2.917)	(2.917)	—
Outras (despesas) e receitas operacionais	122	1.713	1.835	1.835	—
	(64.806)	(23.896)	(88.702)	(88.702)	—
Lucro operacional antes do resultado financeiro	5.687	4.336	10.023	10.023	—
Receitas financeiras	4.375	313	4.688	4.688	—
Despesas financeiras	(4.520)	(1.294)	(5.814)	(5.814)	—
Resultado financeiro	(145)	(981)	(1.126)	(1.126)	—
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	5.542	3.355	8.897	8.897	—
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(2.649)	(891)	(3.540)	(3.540)	—
Diferido	9.284	(964)	8.320	8.320	—
	6.635	(1.855)	4.780	4.780	—
	12.177	1.500	13.677	13.677	—
Lucro líquido do exercício					
Resultado atribuível a:					
Acionistas controladores	12.586	—	12.586	12.586	—
Participação dos não controladores	(409)	1.500	1.091	1.091	—
	12.177	1.500	13.677	13.677	—
Demonstração do resultado abrangente					
Lucro líquido do exercício					
Ajuste de avaliação patrimonial	61(10)	(75)	(685)	(685)	—
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras	565	(11)	554	554	—
Resultado abrangente total do exercício atribuível a	12.132	1.414	13.546	13.546	—
Acionistas controladores	12.509	—	12.509	12.509	—
Participação dos não controladores	(377)	1.414	1.037	1.037	—
	12.132	1.414	13.546	13.546	—
Demonstração do patrimônio líquido					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	177.803	9.072	186.875	186.875	—
Aumento de capital social	42.285	—	42.285	42.285	—
AFAC	525	(271)	254	254	—
Ajustes de exercícios anteriores	61	—	61	61	—
Reversão de dividendos a distribuir	1.736	2	1.738	1.738	—
Distribuição de dividendos e JCP	(372)	(1.812)	(2.184)	(2.184)	—
Lucro líquido do exercício	12.177	1.500	13.677	13.677	—
Destinações:					
Constituição de reserva legal	—	—	—	—	—
Juros sobre capital próprio	(2.581)	—	(2.581)	(2.581)	—
Absorção dos lucros	—	—	—	—	—
Outros resultados abrangentes:					
Reversão de tributos diferidos - AAP	(610)	(75)	(685)	(685)	—
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras	565	(11)	554	554	—
Saldo em 31 de dezembro de 2020	231.589	8.405	239.994	239.994	—
Demonstração do fluxo de caixa					
Lucro líquido do exercício	12.177	1.500	13.677	13.677	—
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com as atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	14.578	157	14.735	14.735	—
Juros	—	1.452	1.452	1.452	—
Resultado líquido na venda e/ou baixa de imobilizado	2.940	1.563	4.503	4.503	—
Resultado de equivalência patrimonial	18.107	(15.190)	2.917	2.917	—
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.878	(2.122)	8.756	8.756	—
Constituição de provisões para demandas judiciais e outras	(147)	(897)	(1.044)	(1.044)	—
Tributos Diferidos	(10.401)	2.081	(8.320)	(8.320)	—
Ajuste de exercícios anteriores	61	—	61	61	—
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	(45.631)	(20.099)	(66.540)	(66.540)	—
Impêcio a comercializar - Estoques	13.330	6.725	20.055	20.055	—
Tributos e contribuições a recuperar	(2.481)	(115)	(2.596)	(2.596)	—
Depósitos judiciais	91	(236)	(145)	(145)	—
Outros créditos	(1.368)	(1.986)	(3.354)	(3.354)	—
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	16.679	2.919	19.598	19.598	—
Arrendamento por direito de uso	9.693	(9.693)	—	—	—
Obrigações trabalhistas	6.979	(456)	6.523	6.523	—
Tributos e contribuições sociais	3.844	1.010	4.854	4.854	—
Transações com empresas ligadas	—	(316)	(316)	(316)	—
Adiantamento de clientes	(779)	26.596	25.817	25.817	—
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(45.002)	45.002	—	—	—
Outras contas a pagar	28.472	(28.913)	(441)	(441)	—
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	32.420	8.172	40.192	40.192	—
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adição ao imobilizado e intangível	(36.337)	(2.050)	(38.387)	(38.387)	—
Dividendos recebidos	—	—	—	—	—
Adição/perda nas atividades de investimento	(44.648)	40.973	(3.675)	(3.675)	—
Caixa líquido provenientes das atividades de investimentos	(80.985)	38.923	(42.062)	(42.062)	—



Demonstração do fluxo de caixa	Consolidado		
	2020	Ajuste	2020 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	30.013	35.147	65.160
Amortização de empréstimos e financiamentos e arrendamento	-	(24.269)	(24.269)
Juros pagos	-	(4.734)	(4.734)
Redução de participação e/ou resgate de ações	465	(465)	-
Aporte de capital, integralização e subscrição de ações	42.285	-	42.285
Ajuste de avaliação patrimonial, reflexo	(610)	610	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	60	194	254
Transações com empresas ligadas	(2.192)	2.192	-
Distribuição de lucros pagos	(2.581)	(48.744)	(51.325)
Ajustes de conversão de moedas estrangeiras, reflexo	565	(565)	-
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	68.005	(40.634)	27.371
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	19.040	6.461	25.501
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	63.837	4.102	67.939
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	82.877	10.563	93.440
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	19.040	6.461	25.501

As notas explicativas dos saldos consolidados estão demonstradas conforme ajustes acima demonstrados e indicado como "Reapresentado".

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma tempestiva e, quando aplicável, as alterações de estimativas e premissas são reconhecidas prospectivamente. Os Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e apresenta risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 3.4 - Taxa de desconto aplicada em contratos de arrendamento; • Nota explicativa 6 - Contas a receber de clientes e outros recebíveis "PECLD"; • Nota explicativa 7 - Estoques de imóveis a comercializar; • Notas explicativas 9 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas; e • Nota explicativa 10 e 11 - Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil.

5. Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão assim demonstrados na data do balanço:

	Controladora					
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2021	31/12/2020	Reapresentado	Reapresentado
Caixa e Bancos (conta corrente)	2	104	59	3.964	3.899	2.606
Aplicações financeiras de liquidez imediata	10.765	2.721	342	65.677	89.541	65.333
Total	10.767	2.825	401	69.641	93.440	67.939

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 19.

6. Contas a receber de clientes e outros recebíveis: Os saldos de contas a receber estão assim demonstrados na data do balanço:

	Consolidado					
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2021	31/12/2020	Reapresentado	Reapresentado
Contas a receber - serviços de engenharia	55.876	22.813	-	-	-	36.779
Receitas a faturar - serviços de engenharia	113.490	68.980	-	-	-	29.070
Incorporação e vendas de imóveis	91.808	77.242	-	-	-	38.415
Contas a receber - serviços portuários	26.308	8.645	-	-	-	5.383
(-) PECLD	(7.493)	(9.121)	-	-	-	(365)
Ajuste a valor presente - AVP	(569)	(2.122)	-	-	-	(629)
Total	279.420	166.437	-	-	-	108.653
Circulante	232.612	120.110	-	-	-	86.641
Não circulante	46.808	46.327	-	-	-	22.012

7. Imóveis a comercializar - Estoques: Os Imóveis a comercializar de unidades já concluídas ou em construção e ainda não vendidas, inclusive estoques de terrenos, são demonstrados conforme abaixo:

	Consolidado					
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2021	31/12/2020	Reapresentado	Reapresentado
Imóveis a construir	2.572	224	-	-	-	940
Imóveis adquiridos de terceiros	890	1.665	-	-	-	10.340
Imóveis concluídos	13.487	22.492	-	-	-	32.602
Imóveis em construção	34.420	52.403	-	-	-	26.372
Custo por absorção:						
Pessoal	28.813	24.876	-	-	-	21.519
Materiais	69.495	56.395	-	-	-	49.530
Serviços	86.726	73.513	-	-	-	63.975
Terrenos	109.229	111.478	-	-	-	93.796
Outros custos	12.045	10.802	-	-	-	22.895
	357.677	353.848	-	-	-	321.969
(-)Apropriação para resultado dos imóveis em construção	(302.150)	(273.902)	-	-	-	(221.968)
Total	55.527	79.946	-	-	-	100.001

8. Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas referem-se basicamente de pelo direito a receber e a pagar de dividendos, juros sobre o capital próprio e mútuo e estão assim demonstradas na data do balanço: **a. Dividendos, juros sobre capital próprio e mútuos a receber:**

	Controladora					
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2021	31/12/2020	Reapresentado	Reapresentado
Dividendos e JCP:						
MIP Construtora Ltda.	77	16.000	63.232	-	-	-
MIP Engenharia Ltda.	256	7.145	22.521	-	-	-
MIP Investimentos e Participações Ltda.	6	-	-	-	-	-
Multilift Logística Ltda.	8.715	8.529	3.700	-	-	-
Outros	9.054	31.673	89.453	-	-	-
Valores a receber de coligadas	-	-	-	362	1.141	-
Mútuo Pessoa Física-Longo Prazo	-	-	-	9.335	7.064	6.378
Mútuo Pessoa Jurídica	-	-	-	500	-	686
	-	-	-	10.197	8.205	7.064
Ativo circulante	9.054	31.673	89.453	235	419	186
Ativo não circulante	-	-	-	9.962	7.786	6.878
	9.054	31.673	89.453	10.197	8.205	7.064

b. Dividendos, juros sobre capital próprio e mútuos a pagar:

	Controladora					
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2021	31/12/2020	Reapresentado	Reapresentado
Valores a pagar coligada	49.453	56.183	92.574	49.453	59.876	107.123
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	7	2.108	1.051
Mútuo com acionistas	-	-	-	584	5.974	2.051
	49.453	56.183	93.158	55.427	67.951	110.225
Passivo circulante	49.453	56.183	93.158	49.530	59.010	107.086
Passivo não circulante	-	-	-	5.904	3.742	3.139

9. Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais: 9.1. Provéveis

	Consolidado					
	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2021	31/12/2020	Reapresentado	Reapresentado
Provisão						
Depósitos com perda provável judiciais	Depósitos com perda provável judiciais	Depósitos com perda provável judiciais	Depósitos com perda provável judiciais	Depósitos com perda provável judiciais	Depósitos com perda provável judiciais	Depósitos com perda provável judiciais
Trabalhistas (a)	2.301	11.264	2.174	12.246	2.344	11.657
Previdenciários (c)	1.312	-	2.550	-	2.441	-
Fiscais	1.895	-	1.817	-	1.609	-
Cíveis (b)	-	3.937	-	3.279	-	5.106
Outros	96	599	51	449	53	255
Total	5.605	15.800	6.592	15.974	6.447	17.018

Em 31 de dezembro de 2021, a natureza das principais causas classificadas pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, bem como obrigações legais que possuem valores depositados judicialmente, que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima, é como segue: **(a) Trabalhistas: MIP Engenharia Ltda.** A Empresa possui provisão relativa a processos movidos por ex-empregados em que se reclamam verbas trabalhistas como horas extras e adicionais. Os depósitos judiciais foram exigidos para garantir uma futura execução das ações com sentença de mérito julgadas. Não foram exigidas garantias para execução das demais ações que não tiveram sentença de mérito julgadas. Os assessores jurídicos da Empresa julgam esses processos como prováveis de perda. **Multilift Logística Ltda.** Os valores são referentes a ações trabalhistas envolvendo trabalhadores portuários avulsos (TPA's) registrados junto ao Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso nos Portos Organizados do Porto de Vitória (OGMO-ES). **(b) Cível:** Em decorrência do andamento dos processos, em 31 de dezembro de 2020 a administração reavaliou os processos cíveis e parte do saldo provisionado em 2019 como perda provável foi migrado para probabilidade de perda possível. **(c) Previdenciárias: MIP Engenharia Ltda.** Em abril de 2009 a Empresa, através do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Minas Gerais - Sinduscon/MG ajuizou mandado de segurança alegando a inconstitucionalidade e ilegalidade da contribuição social sobre a parcela paga a título de aviso-prévio indenizado. De acordo com certidão emitida em 30 de novembro de 2017 pelo Tribunal Federal Regional da Primeira Região - Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais o processo teve o seu trânsito julgado em 07 de agosto de 2017 com o pedido de desistência do recurso extraordinário pela União homologado. Baseada nesta decisão a Empresa realizou a contabilização do estorno de todas as contingências relacionadas a este processo. No ano de 2020 foram levantados os valores dos depósitos judiciais atualizados utilizando-se a correção simples. Porém, permanece a discussão no tocante à forma de correção procedida pelo Tesouro Nacional, via CEF. O parecer do jurídico da Empresa, apresenta fundamentos de interpretação legal, bem como, jurisprudências favoráveis, que a devolução deveria se dar de forma capitalizada. Em 2021 o valor foi baixado por ser considerado incorrável. **9.1. Passivos contingentes - possíveis de perda:** Em 31 de dezembro de 2021 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados montantes decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras.

10. Investimentos em controladas e coligadas: 10.1. Movimentação dos investimentos em controladas

	MIP Engenharia	MIP Construtora Ltda.	Multilift Logística	MIP Investimentos
Participação 01/01/2020	90,86%	95,81%	100,00%	95,00%
Participação 31/12/2020	90,86%	95,81%	98,00%	95,00%
Participação 31/12/2021	90,86%	95,81%	98,00%	95,00%
Variação de part.	-	-	-	-

	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2021	31/12/2020	Reapresentado	Reapresentado
Participação em 01/01/2020	73.386	71.417	23.263	2.100	170.166	-
Resultado de equivalência patrimonial	(14.748)	25.254	4.514	(2.314)	12.705	22.715
Integralização	22.715	-	-	-	34.490	(2.878)
Reversão de dividendos	-	34.490	-	-	(572)	605
Dividendos e JCP	(471)	(1.628)	(779)	-	1.140	-
AFAC	-	-	(572)	-	-	-
Reversão de tributos diferidos	-	-	(535)	1.140	-	-
Ajuste de reavaliação do tributo diferido	71	-	1.235	-	-	-
Patrimônio líquido em 31/12/2020	80.953	129.533	27.126	926	238.538	-
Resultado de equivalência patrimonial	928	31.757	20.398	(8.743)	44.340	7.600
Integralização	-	-	-	7.600	-	-
Dividendos e JCP	-	(32.570)	(14.431)	-	(47.001)	(1.140)
AFAC	-	-	(1.140)	-	-	-
Reversão de tributos diferidos	67	-	350	-	-	-
Ajuste de reavaliação do tributo diferido	-	-	361	-	-	-
Patrimônio líquido em 31/12/2021	81.948	128.720	33.804	(1.357)	243.114	-

10.1. Movimentação dos investimentos em coligadas: Abaixo está evidenciada a movimentação dos saldos de investimentos em coligadas, conforme investimentos detidos pela controladas diretas da Companhia:

	MIP Engenharia	MIP Construtora Ltda.	Multilift Logística	MIP Investimentos	Total
Participação em 31 de dezembro de 2019	336	1.538	2.177	158	4.209
Resultado de equivalência patrimonial	(1.576)	-	110	(1.451)	(2.917)
Adições	1.863	-	13	-	1.876
Ajuste de conversão de moeda	-	-	565	-	565
Reavaliação de ativos	-	-	325	-	325
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	168	-	253	421
Venda de Investimento	(623)	-	-	623	-
Perda com investimento	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido em 31.12.2020	-	1.706	3.190	(417)	4.479
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(723)	(8.159)	(8.882)
Aumento de capital	-	-	-	1.364	1.364
Venda de Investimento	-	-	-	-	-
Ajuste conversão de moeda	-	-	366	-	366
AFAC	-	146	-	2.920	3.066
Compra de investimento	-	-	-	770	770
Patrimônio líquido em 31.12.2021	-	1.852	2.833	(3.522)	1.163

	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2021	31/12/2020	Reapresentado	Reapresentado
Posição em 01/01/2020	336	1.538	2.177	158	4.209	-
Investimento	-	-	-	-	-	-
Provisão para investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	336	1.538	2.177	158	4.209	-
Posição em 31/12/2020	-	1.706	3.190	1.197	5.259	-
Investimento	-	-	-	(780)	(780)	-
Provisão para investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	-	1.706	3.190	(417)	4.479	-
Posição em 31/12/2021	-	1.852	2.833	3.244	7.929	-
Investimento	-	-	-	(6.766)	(6.766)	-
Provisão para investimentos	-	-	-	-	-	-
Investimento passivo	-	1.852	2.833	(3.522)	1.163	-

10.2. Sumário das informações financeiras de controladas e coligadas

	MIP Engenharia	MIP Construtora Ltda.	Multilift Logística	MIP Investimentos
% Participação	90,86%	95,81%	98,00%	95,00%
Ativo circulante	218.256	108.000	41.181	342
Ativo não circulante	63.857	61.664	69.459	6.626
Passivo circulante	167.326	15.465	31.670	223
Passivo não circulante	24.592	10.376	44.466	8.172
Capital social	92.000	36.830	21.958	12.000
Reservas de lucros	(4.264)	62.070	(12.670)	(4.225)
Ajuste de avaliação Patrimonial	1.432	-	4.402	-
AFAC	-	-	-	-
Resultado acumulados	1.017	35.449	20.814	(9.203)
Minoritário	11	9.474	-	-

	31/12/2020			
	MIP Engenharia Ltda.	MIP Construtora Ltda.	Multilift Logística Ltda.	MIP Investimentos Ltda.
% Participação	90,86%	95,81%	98,00%	95,00%
Ativo circulante	158.189	128.067	19.048	42
Ativo não circulante	73.268	57.505	65.081	1.809
Passivo circulante	111.704	18.084	24.378	97
Passivo não circulante	31.515	23.273	32.070	780
Capital social	92.000	36.830	21.958	4.000
Reservas de lucros	10.867	72.013	(3.543)	(1.791)
Ajuste de avaliação Patrimonial	1.572	-	4.727	-
AFAC	-	-	-	1.200
Prejuízos acumulados	(16.232)	26.360	4.539	(2.435)
	31	9.012	-	-



18. Gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas estão demonstradas nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	Reapresentado
Gastos com pessoal	62	(224)	(29.272)	(25.528)
Despesas com serviços	(202)	(154)	(12.880)	(15.452)
Depreciação e amortização	—	—	(14.280)	(9.027)
Despesas com materiais	—	—	(309)	(280)
Outros (*)	(29)	(5)	(1.873)	(36.913)
	(169)	(383)	(58.613)	(87.200)

Durante o exercício de 2020, a controlada MIP Engenharia registrou R\$37,384 mil referente a perda de contratos decorrente de valores mensurados pela Companhia em conexão com os serviços prestados, mas para os quais foi registrada uma perda esperada de crédito. Não foi observado durante o exercício de 2021 e 2020 contratos onerosos.

19. Receitas financeiras e despesas financeiras: As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e outras despesas.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	Reapresentado
Rendimentos	145	2.964	3.285	3.972
Atualizações monetárias	—	—	2.154	270
Variações Monetárias	—	—	1.609	233
Descontos obtidos/juros	—	—	3.234	213
Receitas financeiras	145	2.964	10.283	4.688
Juros	(382)	(283)	(2.729)	(4.082)
Imposto Retido na Fonte	—	—	—	(735)
PIS/COFINS sobre Receitas Financeiras	—	—	(369)	(723)
Outras	—	—	(5.593)	(273)
Despesas financeiras	(382)	(283)	(8.691)	(5.814)
Resultado financeiro	(237)	2.681	1.592	(1.126)

20. Tributos sobre o lucro: 20.1. Despesas de imposto de renda e contribuição social: A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	Reapresentado
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	41.516	12.349	58.491	8.897
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL	(14.115)	(4.199)	(19.887)	(3.025)

Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	15.075	4.320	3.020	992
Juros sobre capital próprio recebidos e pagos	—	—	—	1.700
Efeito RET sobre incorporação imobiliária	—	—	3.072	1.443
Efeito empresas enquadradas lucro presumido	—	—	(463)	(360)
Outros	(682)	116	1.299	4.030
Total IR/CS no resultado do exercício	278	237	(12.959)	4.780
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	—	—	(12.711)	(3.540)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	278	237	(248)	8.320

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	Reapresentado
Prejuízo fiscal	1.656	767	—	—
Outras diferenças temporárias	—	—	—	—
Base de cálculo	—	—	—	—
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	515	237	—	—

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	Reapresentado
Prejuízo fiscal	29.147	25.031	2.653	2.356
Outras diferenças temporárias	1.130	4.866	2.356	5.010
Base de cálculo	30.477	29.897	5.010	34%
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	10.362	10.165	1.704	—
Passivo diferido	10.362	10.165	1.704	—
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	Reapresentado
Outras diferenças temporárias	5.175	4.841	6.517	6.517
Base de cálculo	5.175	4.841	6.517	34%
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	1.759	1.646	2.215	—

Passivo diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	Reapresentado
Outros impostos diferidos passivos	10.362	10.165	1.704	—
Classificados como:	3.102	2.686	1.765	—
Imposto diferido ativo	4.861	4.332	3.980	—
Imposto diferido passivo	—	—	—	—

21. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas Demonstrações financeiras. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia considera como “valor justo” o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pagamento para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração (preço de saída). A Companhia utiliza os dados de mercado ou de premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos e os riscos inerentes das entradas para o critério de avaliação. A Companhia aplica principalmente a abordagem de mercado para a recorrente mensuração do valor justo e se esforça para utilizar a melhor informação disponível. Consequentemente, a Administração utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso de dados não observáveis. A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo, com base nos dados observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os insumos utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são os seguintes: • **Nível 1. Mercado ativo:** preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associação de mercado por entidades que visam ter preços divulgados pelas agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento; • **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente o mesmo, análise do fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isentos de outros interesses e motivada por considerações comerciais; • **Nível 3. Sem mercado ativo:** instrumentos de capital próprio - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivados, que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações não negociadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	Reapresentado
Empréstimos e financiamentos	Nota 13	95.951	Nível 1	Nível 2
		95.951	—	95.951

Os seguintes métodos foram utilizados para estimar o valor justo de cada categoria de instrumento financeiro. Custo e juros acumulados sobre investimentos restritos de curto prazo de seus valores justos. Quando uma taxa de desconto é utilizada, ela é baseada na curva de rendimentos do mercado futuro para os fluxos de caixa. **Estrutura de gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração da Companhia, através de treinamento, procedimentos de gestão e procedimentos específicos busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	Reapresentado
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	6	279.420	166.437	108.653
Caixa e equivalentes de caixa	5	69.641	93.440	67.939
		349.061	259.877	176.592

Contas a receber de clientes e outros recebíveis: O risco de crédito para empréstimos e recebíveis é avaliado como muito baixo. O risco do crédito do cliente é reduzido em função da característica da área de atuação, pois as faturas são emitidas e medições reconhecidas somente após a aprovação formal do cliente. A Companhia possui um bom histórico de recebimento, não tendo títulos vencidos. **Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 69.641 em 31 de dezembro de 2021 (2020: R\$ 93.440), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. A Companhia mantém transações com instituições financeiras definidas em política financeira interna. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo finan-

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2020. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

ceiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Empréstimos e financiamentos	59.803	8.441	17.528	10.178
Fornecedores	47.445	—	—	—
Partes relacionadas	253	5.901	768	—
Passivo de arrendamento	7.758	10.009	1.741	—
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos e financiamentos	18.247	20.373	315	—
Fornecedores	32.657	—	—	—
Partes relacionadas	3.810	10.887	—	—
Passivo de arrendamento	44.165	7.674	5.687	—

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as das taxas de câmbio, das taxas de juros e dos preços de ações têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo, aperfeiçoar o retorno. **Risco cambial:** O Grupo possui certos passivos financeiros em moeda estrangeira, os quais são apresentados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Moeda estrangeira		
Capital de giro	35.070	—
Total	35.070	—

O Grupo utilizou instrumentos financeiros derivativos, como contratos de swaps de câmbio (ativo) e taxa de juros (passivo) para proteger-se contra eventuais riscos de taxa de câmbio, em conexão com a operação de empréstimos contraída em moeda estrangeira, conforme mencionado à nota explicativa 13. O valor justo do instrumento financeiro derivativo em 31 de dezembro de 2021 foi R\$ 979. Em decorrência da operação de derivativo supracitada a Empresa não possui uma exposição relevante de operações com instrumentos financeiros, ativos ou passivos, em moeda estrangeira. **Risco de taxa de juros:** Na data das Demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia sujeitos a variações monetárias eram empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras. **Análise de sensibilidade:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está vinculado à variação do CDI para aplicações financeiras. As aplicações financeiras indexadas ao CDI estão registradas a valor de mercado, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pelas instituições financeiras. Com a finalidade de identificar a sensibilidade do indexador às aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções de mercado, a Companhia julgou razoável considerar a taxa de 4,42% a.a. de CDI para efeito de análise de sensibilidade, taxa está que foi definida como cenário provável. A partir desse cenário, foram elaborados mais dois cenários com variação negativa de 50% e 25%.

	Risco CDI	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
	4,42%	2,21%	—	1,11%
Aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021	65.677	2.903	1.451	726
Empréstimos e financiamento em 31 de dezembro 2021	95.951	4.241	2.121	1.060
	Risco CDI	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
	1,90%	0,95%	—	0,48%

Aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020	89.541	1.701	851	425
Empréstimos e financiamento em 31 de dezembro 2020	38.935	740	370	185

Gestão de capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos acionistas, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital que a Companhia define como resultados de atividades operacionais. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e financiamentos, mais as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o ano.

22. Cobertura de seguros: A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. **23. Eventos subsequentes:** Administração reconhece sua responsabilidade pela adequada apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e confirma que não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e a data de aprovação dessas demonstrações financeiras em 8 de abril de 2022.

Conselho de Administração		Diretoria Executiva	
Arnaldo Jose Gomes	Antonio Marcos Fattorelli Carneiro	Antonio Marcos Fattorelli Carneiro	Antonio Marcos Fattorelli Carneiro
Antonio Marcos Fattorelli Carneiro	Ivo Godoi Junior	Ivo Godoi Junior	Ivo Godoi Junior
João Bosco Varela Cançado	Manoel Vitor de Mendonça Filho	João Bosco Varela Cançado	Manoel Vitor de Mendonça Filho
Otoniel Silva Reis	Otoniel Silva Reis	Otoniel Silva Reis	Otoniel Silva Reis
Contador Responsável		Rodrigo Cichoviez Ferreira - CRC MG 101881/O-0	

financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 8 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Yago Freitas de Paula
Contador
CRC MG-091499/O-3

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7850-4563-BE90-0F20> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7850-4563-BE90-0F20



Hash do Documento

C2qjq45upfafPzK5WGkAh8TeFtfuciqNPTm6efXRDZ8=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/04/2022 é(são) :

☒ Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 15/04/2022 10:43 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

